



# Nordeste

GILBERTO FREYRE



## DADOS DE COPYRIGHT

### Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

### Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

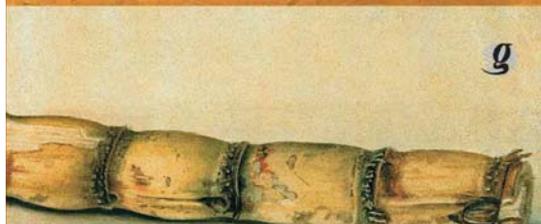
*"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."*





# Nordeste

GILBERTO FREYRE



**Nordeste**

**Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do  
Nordeste do Brasil**

Gilberto Freyre

Apresentação de Manoel Correia de Andrade  
Biobibliografia de Edson Nery da Fonseca

Notas bibliográficas revistas, bibliografia elaborada por Gustavo Henrique  
Tuna

1ª edição digital  
São Paulo  
2013



*A Pedro Paranhos,  
Antígenes Chaves  
e Luiz Cedro e também a Cícero Dias,  
o grande pintor dos canaviais do Nordeste*



Gilberto Freyre fotografado por Pierre Verger, 1945.  
Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

*Gilberto Freyre*

### **Um Nordeste<sup>1</sup>**

*Carlos Pena Filho*

Um Nordeste  
onde nunca deixa de haver  
uma mancha d'água:  
um avanço de mar, um rio, um riacho,  
o esverdeado de uma lagoa.  
Onde a água faz da terra mole o que quer:  
inventa ilhas, desmancha istmos e cabos,  
altera a seu gosto a geografia convencional  
dos compêndios.  
Um Nordeste da terra.  
Das árvores lambuzadas de resinas.  
Das águas.  
Do corpo molhado dos homens que trabalham  
dentro do mar e dos rios,  
na bagaceira dos engenhos,  
no cais do Apolo,  
nos trapiches de Maceió.

<sup>1</sup> *Melhores poemas Carlos Pena Filho*, seleção de Edilberto Coutinho, 4<sup>a</sup> ed., São Paulo, Global, 2000.

### Uma visão autêntica do Nordeste

É uma tarefa complexa caracterizar e situar o livro *Nordeste – Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, no conjunto da obra do mestre de Apipucos, comparando-o com outras obras suas, como *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*.

Já em sua primeira edição, observa-se como Gilberto Freyre tinha a preocupação de diferenciar, no espaço brasileiro, uma região, bem distinta das outras, o Norte ou Amazônia, que eram constantemente associadas. Na verdade, até os anos trinta do século passado, as pessoas se referiam ao Brasil como se ele fosse composto apenas de duas grandes porções, o Norte e o Sul; e, ao fazerem esta caracterização, chamavam, de forma bastante empírica, de Norte todas as áreas situadas ao norte da Bahia. Tanto que em São Paulo, na linguagem vulgar, chamavam todo migrante vindo da porção setentrional do Brasil de “baiano” e os mineiros chamavam de “bairanos cansados”, isto é, aqueles que não conseguiram chegar a São Paulo. O próprio Gilberto, no seu livro sobre a região, não procurou delimitar de forma bem objetiva onde o Nordeste começava e onde ele terminava.

Ele observou o Nordeste a partir de Pernambuco, como se entendesse que o ponto central do mesmo fosse a cidade de Recife, e que daí partiram, em várias direções, as características regionais que iam se diluindo à proporção que se caminhava deste centro – Recife e região açucareira – nas mais diversas direções.

As raízes da ideia do Nordeste na obra gilbertiana já são encontradas nos artigos que escreveu para a imprensa do Recife, publicados sobretudo no *Diário de Pernambuco*, quando, ainda adolescente, vivia nos Estados Unidos, realizando seus estudos em Baylor e em Colúmbia, artigos que depois foram reunidos por José Antônio Gonsalves de Melo, seu primo e amigo, em livro intitulado *Tempo de aprendiz*. Vê-se, nesses artigos, como o quase adolescente que vivia no exterior acompanhava o que ocorria na sua

"provincia", tanto em relação aos fatos políticos e econômicos como, sobretudo, em relação aos problemas sociais e culturais. Daí a sua visão de globalidade e a diversificação de interesses que iam desde as festas populares, os chamados folguedos, até a culinária, a educação, passando pelas relações sociais, em uma sociedade patriarcal que já eliminara o regime escravocrata mas vivia ainda sob o jugo de uma civilização patriarcal fechada e rigorosa. Parecia até que havíamos saído de um sistema monárquico, mas não havíamos ainda entrado em uma organização social republicana, mais aberta, mais receptiva.

Voltando ao Recife, e vivendo a sua vida pública dedicado aos estudos e pesquisas e ao jornalismo, Gilberto se defronta com um duplo chamamento intelectual: o da expansão, na região, do modernismo deflagrado em São Paulo pela Semana de Arte Moderna de 1922, por Mario e Oswald de Andrade, e o chamamento para o processo de regionalização que procurava fazer sepultar o unitarismo monárquico, substituindo-o pelo estadualismo republicano, chamando a atenção para uma análise dialética e caracterizando que entre o País, o Estado nacional, e as antigas províncias, agora chamadas de Estados, havia as regiões.

É aí que se observa a grande influência que em sua obra teve Seligman, mestre de História Econômica, que levaria o sociólogo de Apipucos a uma maior aproximação com escritores influenciados por ensinamentos não positivistas, como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Embora com um e outro Gilberto tivesse tido, ao mesmo tempo, desde os anos 1930, convergências e divergências expressas em sua obra.

As diferenças com os modernistas paulistas se faziam sentir na grande influência sobre os mesmos de escritores europeus do período posterior à Primeira Guerra Mundial e que se expressaram nas mais diversas formas literárias, na poesia de Menotti Del Picchia, de Manuel Bandeira, de Carlos Drummond de Andrade, na ficção, onde pontificava um Graça Aranha, ou nos vários tipos de ensaios. No Nordeste, ele teve como grande opositor o agressivo jornalista Joaquim Inojosa. E, para contrapor-se ao chamado modernismo, Gilberto estruturou um contramovimento que procurava aceitar as modificações modernistas de forma moderada e as tradições regionais, ao mesmo tempo em que procurava fazer conviver as mais diversas

manifestações, como os chamados folguedos populares natalinos, os saudosos pastoris, nas manifestações carnavalescas revivendo as “la ursa” e os festejos juninos. Nessas manifestações culturais, ele procurava aprofundar as raízes africanas e indígenas do Nordeste sem desprezar as influências ibéricas. Nelas se interpenetravam tradições cristãs, católicas, trazidas da Península Ibérica, com as oriundas da África e das Índias. Para isto ele organizou no Recife, em 1934, um Congresso Afro-Brasileiro em que reuniu usineiros, aristocratas do açúcar, a burgueses e escritores, ao lado de pais de santos, em plena Praça da República, no tradicional Campo das Princesas, no Teatro de Santa Izabel, já então um verdadeiro monumento histórico.

Foi nesse período que ele colaborou intensamente com os jornais como o *Diário de Pernambuco* e *A Província*, externando ideias e pensamentos que causavam impacto no pensamento conservador da época. Mas foi também nesse período que ele dirigiu a edição do *Livro do Centenário do Diário de Pernambuco*, reunindo artigos seus e de outros escritores sobre os hábitos, os costumes e as artes nordestinas. Em suas páginas, encontramos estudos da importância dos de Luiz Oiticica, senhor de engenho, depois usineiro em Alagoas, sobre a arte da renda de bilros, ou de Julio Belo, que posteriormente escreveria o clássico *Memórias de um senhor de engenho*, ao lado de textos sobre História, Economia e Vida Social do Nordeste. Quase esqueceu textos sobre os temas heroicos e sempre presentes na história pernambucana, como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador ou a Revolução Praieira.

Foi também do seu grupo e das aspirações regionalistas que surgiram os famosos romances de costumes, de temas tão nordestinos, como os livros de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos, de Amado Fontes, de Jorge Amado e de tantos outros que enriqueceram e mostraram ao Brasil o que era o Nordeste. E sua influência se estendeu, dentro deste espírito, às mais diversas Ciências Sociais, com René Ribeiro na Antropologia, José Antonio Gonsalves de Melo na História Social, Manuel Diégues Júnior na Sociologia e tantos outros, sempre salientando a presença nordestina nas ciências e nas letras diante do Brasil.

O livro *Nordeste*, publicado em 1937, como o volume nº 4 da Coleção Documentos Brasileiros, pela Editora José Olympio, foi escrito para demonstrar que o Nordeste não era uma região uniforme, mas uma

aglutinação de regiões e sub-regiões que se estendiam desde o Maranhão até a Bahia. Região que fora povoada nos primeiros séculos de colonização e que estruturara, por meio de culturas diversas, uma sociedade com características próprias, mas tendo por base três categorias que se entrecruzavam: o latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como instituição de classe social. Apesar de cientista social, o autor não atribuiu a esta sociedade patriarcal, em formação, o meio natural, como único e determinante, mas sim como um resultado do intercâmbio entre os fatores naturais, como o meio ambiente, levantando problemas ligados à forma de exploração da terra, dependente da própria terra – solos e relevo – do clima, da vegetação que foi devastada pelo colonizador, dos animais tanto nativos como os domésticos trazidos da Europa, e a ação do homem, quer em sua condição de senhor, dono de terra, quer na condição de escravo.

Dá ser *Nordeste*, a um só tempo, um livro de Ciência Social, de Sociologia, de Antropologia, de Ecologia e de Geografia.

Mas, ao diversificar os vários nordestes, ele voltou-se sobretudo para aquele da cana-de-açúcar, aquele que melhor conhecia, de onde se originara e onde disporia de uma maior documentação e de informações. Admitindo que existiam vários nordestes, enfatizou sobretudo o Nordeste açucareiro, enquanto o Nordeste semiárido ficou ao encargo do sociólogo cearense Djacir Menezes, que escreveu sobre “o outro Nordeste”. Subjetivamente, dava maior importância ao Nordeste canavieiro do que ao semiárido algodoeiro e pastoril, que seria “o outro”.

Em 1945, ao publicar livro famoso sobre a fome no Brasil, Josué de Castro aceitara a divisão que caracterizava o Nordeste e reconheceu que havia duas áreas de fome com características diversas a da seca: a do açúcar e a do algodão ou do gado.

E *Nordeste*, que em sua primeira edição foi ilustrado por duas grandes figuras de artistas plásticos, Lula Cardoso Ayres e Manoel Bandeira, vem tendo edições sucessivas, ora mais ora menos ilustradas. O mesmo tem ocorrido com as edições em línguas estrangeiras.

O corpo do livro compõe-se de seis capítulos sobre as relações entre a cana e a terra, a cana e a água, a cana e a mata, a cana e os animais e dois

finais sobre a cana e o homem. E o autor, com seu estilo ao mesmo tempo científico e literário, procura mostrar, e o faz com maestria, como a cana, a economia canavieira se expandindo por áreas anteriormente ocupadas pela chamada Mata Atlântica, utilizando de forma mais completa a água disponível na mesma, quase eliminou os animais, preferiríamos dizer os bichos selvagens, trocando-os pelos animais domésticos trazidos da Europa, da Índia e da África, estruturou uma sociedade escravocrata onde uma minoria de senhores explorava as então chamadas “classes subalternas”, desenvolvendo culturas e extraindo riquezas; como que se apoderando do meio natural e do homem, difundindo costumes e espalhando vícios e mazelas.

E até onde poderiam estender-se o trabalho, a exploração e as culturas que o homem, ou melhor, os senhores de terra e de escravos iam apropriando?

Em *Nordeste* fica bem claro, ao examinar o processo de ocupação da terra, como o europeu, ao chegar ao Novo Mundo, se sentiu perplexo diante daquela mata exuberante e heterogênea, tão diferente da floresta temperada europeia, e de como procurou substituí-la por uma vegetação de origem oriental, mas que também se adaptava no mundo mediterrâneo e que, atravessando o Atlântico, se firmara na costa americana, fazendo-o com intensidade que provocaria a ruína da economia canavieira das ilhas do Atlântico, da Madeira, sobretudo.

É que no Brasil, principalmente a Zona da Mata Pernambucana e o Recôncavo Baiano, ofereciam condições propícias ao desenvolvimento da cultura da cana; o seu clima tropical, com chuvas distribuídas em duas estações, os solos derivados de rochas cristalinas, as chuvas se distribuindo no período do outono e inverno austral – de maio a setembro – e um estio prolongado que se estendia de outubro a abril, permitiam que se fizesse o plantio da cana na estação chuvosa e a colheita se efetuasse no estio. Era importante esta estação porque a moagem dos engenhos se realizava em um período que facilitava o transporte da cana dos “partidos” para a moita, assim como o transporte da lenha para a fornalha. A floresta exuberante era impiedosamente destruída para dar lugar ao plantio da cana e fornecer a lenha que era o combustível da época. Quanta madeira de lei – sucupira,

jacarandá, amarelo e tantas outras – foi queimada nas fomalhas dos engenhos, porque o costume de queimar o bagaço da cana nas fomalhas só ocorreria no século XIX, após mais de três séculos de colonização portuguesa. Os solos da região eram muito ricos em substâncias minerais, podendo ser classificados em dois grandes grupos: aqueles formados por argila laterítica, o chamado “barro vermelho”, dominante nas encostas e que eram eluviais e os solos transportados das encostas para as várzeas e vales dos rios que eram aluviais. Estes eram os solos de massapê e se caracterizavam por formar um verdadeiro lamaçal, no período chuvoso; amassados pelo homem e pelos animais que os pisoteavam, tornavam-se pegajosos e grudavam nas solas dos pés e nas patas dos animais, o que levou Gilberto Freyre a considerá-los como uma terra “garanhona” que se agarrava e que se deixava modelar pelo pé dos homens e dos animais.

Além de dominante na Zona da Mata de Pernambuco, o massapê também era muito abundante, ocupando grandes áreas em Sergipe, na chamada região da Cotiguiba e no Recôncavo Baiano, onde ele é chamado também massapê, embora seja um solo eluvial, formado pela decomposição do calcáreo; ambos, porém, são solos ricos em água, de escoamento lento para os rios da região, o que faz com que a área em sua maior extensão permaneça excessivamente úmida durante grande parte do tempo. Estes solos pegajosos dificultavam, de certa forma, o escoamento da produção agrícola, quando os engenhos não ficavam à margem dos rios navegáveis, e a circulação dos carros de boi ou a cavalo se fazia com muito cuidado e lentidão. As relações de amizade de tornavam precárias diante da dificuldade que as pessoas tinham de se visitar nos aniversários e batizados; só nas festas da “botada” dos engenhos ou da “pejada” havia mais facilidade de locomoção porque elas se davam no período de estio, quando as chuvas eram escassas.

A terra e sua qualidade chamavam a atenção por problemas os mais diversos, como o hábito muito difundido entre a população pobre de comer terra, por parte das crianças, do medo de bichos da terra como as minhocas, as cobras, os lacraus e até dos bichos-de-pé que apareciam inicialmente sob a forma de coceiras mas que ao crescerem formavam bolhas de pus e traziam perigos de infecções. Não se pode esquecer que em uma civilização rural há

sempre uma relação muito íntima entre o homem e a terra.

Mas se eram íntimas, como se pode ler em *Nordeste*, as relações entre o homem e a terra, também eram íntimas as relações entre o homem e a água; a cana-de-açúcar é uma planta profundamente ligada à água, ao contrário da planta que foi sua concorrente na ocupação do espaço nordestino, o algodão. Daí a separação entre as áreas de cana e as de algodão, entre o Nordeste úmido e o Nordeste seco.

Na região não se observa a presença de grandes rios; estes, ora são rios médios que nascem no agreste e caminham para o litoral, apresentando pequeno volume d'água, sendo muitas vezes intermitentes no estio, nos seus altos e médios cursos e volumosos no baixo curso, quando atravessam a região úmida e são abastecidos por afluentes nascidos na própria mata; ora são pequenos rios que nascem nas encostas do maciço da Borborema e se encaminham para o oceano, através de várzeas onde alagaram e se aprofundam, formando "rias" que, no passado, permitiam a entrada de embarcações de porte médio a algumas léguas de distância do litoral, como ocorria em Goiana, em Igarassu e em Rio Formoso.

Uma das antecipações felizes de Gilberto Freyre foi a de afirmar que os rios pequenos, de águas pouco profundas, por se ligarem facilmente ao solo, tinham uma vantagem sobre os rios maiores que facilitavam a navegação, porque a sua água, por capilaridade, infiltrava-se no solo e o umedecia, beneficiando os canais de beira de rio, sempre de maior porte e mais verdes que os situados nos interflúvios.

E a água prestava grandes serviços ao homem, não só aguçando as suas canas, como facilitando o transporte, fornecendo o produto para uso doméstico, para regar as plantas, para abastecer engenhos, casas e cidades, como também para carregar detritos. Isto sem falar no valor que se dava, até o século XIX, aos saudáveis banhos de rio. Que diga a este respeito, o nosso poeta maior, Manuel Bandeira, quando afirmou em poesia sublime, que "teve o seu primeiro alubrimento ao ver uma moça nuinha tomando banho no Capibaribe, em Poço da Panela."

Também ela era utilizada como produtora de energia, movendo os famosos engenhos d'água ou engenhos reais, mediante a construção de aquedutos que captavam a água em um ponto do rio ou riacho que se

encontrasse acima do engenho, trazendo-a até a moenda. Aí eles podiam cair sobre a roda d'água, nos engenhos copeiros, no meio da roda, nos engenhos meeiros, ou na sua parte inferior, nos baixeiros, como tão bem retratou Antonil no seu famoso livro, do início do século XVIII.

Em uma combinação entre o transporte marítimo e o fluvial, também ela era usada, permitindo a utilização de barcos de tonelagem diversas, desde os portos situados nos fundos dos estuários ou em canais, como o de Itamaracá, que separava a ilha do continente, até os portos pequenos situados no litoral, de onde as mercadorias eram transferidas para embarcações maiores e levadas para os portos europeus. Assim, o Recife era o principal porto da capitania de Pernambuco, e Salvador o da Bahia. Portos de menor calado situavam-se em vários pontos da costa, como o da foz do Potengi, o do Mamanguape, o do Paraíba, o do Goiana, o de Santa Cruz, o de Suape ou Santo Agostinho, o de Tamandaré, o de Barra Grande e o de Alagoas entre o Recife e a foz do São Francisco.

A importância dos rios, porém, não se limitava a estes serem apenas abastecedores de água, agentes de produção e força motriz e formadores de solos úteis à cana-de-açúcar. Gilberto se preocupava também, e sobretudo, com o tratamento dado aos rios pelo homem, enquanto colonizador, demonstrando as suas preocupações ecológicas com o meio ambiente já nas primeiras décadas do século XX. Assim ele chamou atenção, com a maior veemência, contra o lançamento das caldas de destilaria nos cursos d'água da região da mata, pelas destilarias das usinas de açúcar e também das águas servidas pela mesma. Revoltado com os danos causados por estas indústrias, que os transformavam em verdadeiros canais de escoamento de dejetos, Gilberto os classificava como verdadeiros mictórios ou como fossas. Posteriormente à publicação do livro *Nordeste*, Gilberto, ao criar e dirigir o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, depois transformado em Fundação Joaquim Nabuco, patrocinou a realização de pesquisas sobre as bacias fluviais atingidas pelo lançamento dos esgotos industriais. Tanto nos rios norte-río-grandenses como nos paraibanos, pernambucanos e alagoanos. Estes estudos foram dirigidos pelo geógrafo Gilberto Osório de Andrade, com o apoio dos geógrafos Mário Lacerda de Melo, Rachel Caldas Lins e Manuel Correia de Andrade, do antropólogo José Heskett Lavareda e do botânico

Dardano de Andrade Lima, além de alunos dos cursos de geografia da UFPE. Dos trabalhos de pesquisas constavam trabalhos de campo.

Assim, em sua visão totalizadora e dialética, Gilberto Freyre tinha condições e estímulos para observar o papel desempenhado pelos chamados rios de açúcar, do Nordeste, criando problemas para os habitantes de uma região bem povoada.

Ainda Gilberto, em sua visão de antropólogo, procurou analisar a convivência entre o homem e o rio, chamando a atenção para o seu uso como objeto de lazer, pois era nele que se tomava banho, onde se nadava, se pescava e se faziam festividades. Atos que se estendiam também aos açudes que geraram histórias pitorescas como a do senhor do engenho Cana Brava, de área muito acidentada, onde ele, velho aristocrata de origem portuguesa, nos dias de chuva, descia a ladeira da casa-grande em direção ao açude para o banho, usando um guarda-chuva aberto e tamancos para não escorregar na encosta íngreme.

Também com grande interesse pelos problemas alimentares Gilberto Freyre não esqueceu, nas páginas de *Nordeste* e de outros livros e em artigos, a delícia que para ele representavam os chamados pitus do rio Una, rio que banhava a cidade de Palmares e as terras do engenho Japaranduba que pertencia a Pedro Paranhos. Tão guloso como o massapê, sobre a qual nascera e se criara, Gilberto era também um grande apreciador e conhecedor da culinária nordestina, por ele divulgada em livros e artigos, como o *Açúcar*, publicada após o *Nordeste*.

A mata, hoje em grande parte destruída e devastada, mas ainda exuberante nas serras e encostas, era a grande fascinação para o mestre de Apipucos, preocupado não só com o belo mundo vegetal, como com a fonte de vida que ela abrigava, com as plantas mais diversas, os bichos e as lendas. Quanta importância se dava às lendas sobre as criaturas que aí viviam, como a caapora que aplicava surras tremendas aos cães que acompanhavam os caçadores, o curupira, o saci-pererê e a muitos outros seres que foram popularizados por Monteiro Lobato em seus livros infantis. Mas ela era também o abrigo de animais peçonhentos, como cobras, aranhas venenosas, alguns lagartos e mamíferos, como as onças, os guarás, os porcos-espinhos e de inocentes animais de caça como as pacas, cotias, além de numerosos tipos

de macacos e de morcegos.

A floresta, além de sua forma majestática, é, como toda floresta tropical, muito densa, cheia de cipós, de lianas e botanicamente muito rica em madeiras duras e diversificadas. No período colonial, ela foi muito rica em madeiras nobres, além do pau-brasil, que fornecia ao mercado europeu a matéria-prima para a tinturaria. Madeira que apresentava melhor qualidade no Nordeste, tendo, o chamado "pau de Pernambuco", maior valor do que o pau-brasil de outras regiões da colônia. O nosso era comparado ao pau oriundo da ilha de Sumatra, na Insulândia. Dentre as madeiras de maior prestígio destacavam-se o cedro, o amarelo, a maçaranduba, o pau-d'arco, que podia ser roxo ou amarelo, o freijó, a sucupira etc. Do jacarandá faziam-se os mais ricos móveis utilizados nas casas-grandes dos senhores de engenho e nos sobrados da cidade. Mas tudo isto foi sendo devastado impiedosamente, quer pelas serrarias quer como combustível nos engenhos, o que na primeira metade do século XX assombrou e provocou repulsa tanto a Gilberto Freyre como ao botânico Vasconcelos Sobrinho.

A destruição da mata, como se pode concluir em *Nordeste*, foi feita de forma contínua e sistemática; os colonizadores iniciavam com a derrubada do pau-brasil, fato que já no século XVI causou indignação ao donatário Duarte Coelho Pereira, e em seguida vinha a "coivara" para queimar a vegetação rasteira e ser o espaço ocupado com o cultivo da cana-de-açúcar sempre em expansão. A derrubada era feita também para obter a madeira que serviria de lenha não só para movimentar o engenho como para o fogão das casas-grandes e dos trabalhadores e, após o século XIX, nos fornos das padarias e das locomotivas das ferrovias. A madeira era também largamente utilizada na marcenaria onde se fabricavam cômodas, cadeiras, mesas e bancos, móveis famosos, quando feitos de jacarandá ou de macacaúba. E houve marceneiros que se tornaram célebres no Recife.

Ainda era utilizada na construção civil em casas, armazéns e igrejas que se tornaram famosos por sua riqueza e por suas dimensões. Casas-grandes famosas, como a do engenho Noruega, a de Poço Comprido e de Uruaé, e igrejas como as de Olinda, do Recife, de Goiana e de Igarassu. Ou ainda conventos como os dessas cidades e da Paraíba, hoje João Pessoa, de Sirinhaém e de Rio Formoso.

A devastação das matas, tão condenada por Gilberto e mais modernamente pelos especialistas em ecologia e em meio ambiente, provocou, naturalmente, uma maior exposição do solo à ação dos agentes meteorológicos e o empobrecimento dos mesmos.

Embora a cana, como gramínea, desse uma maior proteção ao solo do que o milho e o algodão, quando cultivada em encostas de maior declive, acelerava a degradação e o transporte dos solos das encostas, fazendo com que o regolito migrasse ladeira abaixo para se acumular nos vales e nas várzeas dos rios, provocando o encharcamento dos solos e a formação de lagoas e pauis. Fato bem observado nas Alagoas, cujo litoral apresenta uma série de lagoas e de lagos barrados pelas restingas que represam os rios em seus baixos cursos, formando lagoas como, entre outras, as de Mundaú e Manguaba. Além disso, provocava também o assoreamento dos mesmos.

O recuo da mata deixou grandes extensões de terra sob a influência direta das intempéries, com uma série de consequências funestas. Nos solos argilosos, observou-se a intensificação do escorregamento das vertentes, com forte impacto sobre as cidades; provocou a migração de animais silvestres, como os morcegos hematófilos que antes viviam na floresta, para as áreas habitadas; o assoreamento das várzeas dos rios e das lagoas que cada vez mais se tornaram maiores e de menor profundidade; a difusão de insetos transmissores de moléstias que atacam tanto os animais como o homem e uma série de outras consequências danosas.

Dai, a conscientização de Gilberto Freyre frente aos problemas provocados pelo desmatamento, e suas posições corajosas, na década de 1930, contra os maiores responsáveis por esta política, que seriam os usineiros do açúcar, segundo ele, em sua maioria, despreocupados com as consequências sociais da ação que desenvolviam. Destes, existiam algumas exceções, como o industrial Antônio Ferreira da Costa Azevedo, o dono da usina Catende, que chegou a ser a mais importante e maior usina da América do Sul. Costa Azevedo, pela sua competência, dinamismo e capacidade de ação, teria sido um industrial do século XX com mentalidade do século XXI.

Quanto aos animais, distinguia Gilberto Freyre os da terra e os importados; os primeiros em sua maioria, pouco interessaram ao

colonizador; apenas os papagaios, pelo fato de aprenderem facilmente a falar, foram criados por colonizadores portugueses e exploradores franceses, que traficavam na costa brasileira durante as primeiras décadas do século XVI, chegando a levar vários deles para a Europa e a apresentarem em eventos na França, salientando que as aves brasileiras falavam a língua francesa. Da mesma forma, os portugueses ensinavam a dizer “papagaio real é de Portugal”, como que indicando que os colonos portugueses pensavam sempre em enriquecer no Brasil e regressar a Portugal.

As araras e outros pássaros de plumagens coloridas também atraíam os colonizadores, da mesma forma que os pássaros canoros, como o uirapuru da Amazônia e os sabiás que cantavam nas palmeiras do Maranhão.

Macacos, saguis, cotias, tatus, cágados e até veados eram também reunidos e criados em lugares apropriados por proprietários de terra que desejavam manter um maior contato com esta natureza que consideravam selvagem.

Mas a maioria dos animais silvestres era utilizada, sobretudo nos primeiros tempos, na alimentação, como caça, possibilitando o preparo de muitas iguarias com a anta, maior mamífero da América, o tatu, a cotia, a paca, o porco-do-mato, o veado, o jacaré e a grande variedade de peixes, tanto de água doce como de água salgada. Com eles, usando o leite de coco, faziam numerosas e famosas iguarias regionais, tão decantadas pelos cronistas ao período colonial.

Havia ainda os animais temidos pelo homem devido o perigo que representavam para as suas atividades; estes, em geral, eram dizimados sem o menor controle, como as cobras venenosas – cascavel, jararaca, coral – e as que, não sendo venenosas matavam por asfixia, como as jiboias de vários tipos.

As aves, muitas de grande porte, como o jacu, a galinha d’água, os patos selvagens, a ave de arribação, eram também muito caçadas visando a sua utilização na alimentação.

O maior contato de animais com os europeus, os colonizadores, que em pouco tempo se apossaram da terra e a organizaram em função dos seus interesses, como salienta Gilberto Freyre, ocorreu com animais importados, trazidos pelo colonizador tanto da Europa como da Ásia e da África. No livro

*Nordeste*, animais como cavalos e bois, são considerados os primeiros como os amigos do senhor de engenho e os segundos como os companheiros do escravo.

O cavalo teria sido para o colonizador o animal que lhe possibilitava a conquista do território e a manutenção do domínio sobre o mesmo. Isso porque ele era muito útil na guerra contra os nativos que andavam e lutavam a pé. Era a cavalo que o conquistador se lançava contra as aldeias, contra indígenas e contra os mucambos de negros aquilombados, criando uma desigualdade entre eles ou sobre eles. Também a cavalo o senhor caminhava por suas terras e pelos seus canaviais, fiscalizando os trabalhos que vinham sendo executados no campo pelos negros escravos e pelos trabalhadores forros. Gilberto compara a semelhança que havia na posição do senhor e do escravo ou do simples trabalhador, quando o primeiro falava ao segundo sempre de um ponto mais alto, da sela de cavaleiros ou da calçada ou do alpendre da casa-grande, dando ordens em voz alta ou até aos gritos. Ordens que dificilmente deixavam de ser cumpridas.

O cuidado com os cavalos de sela, diverso do que era dado aos cavalos de cangalha, era muito acentuado: os cavalos eram selecionados de bela cor – castanho, alazão, russo, melado etc. – e se procurava ensiná-los para que carregassem os viajantes em um andar cadenciado que, conforme a velocidade, ia “do baixo ao meio”. Um cavalo meeiro dava orgulho ao seu proprietário e alcançava preços elevados no mercado da sociedade açucareira. Em geral, também os senhores de engenho se esmeravam na aquisição de cavalos de pequeno porte nos quais filhos e netos se exercitavam na arte da equitação. Este era o tratamento dado aos cavalos “nobres” de uso da aristocracia do açúcar, ou como a chamava satiricamente Tobias Barreto, da “açucocracia”.

Por outro lado, havia os animais de trabalho, equinos, muares e asininos, que recebiam um tratamento bem diferenciado e eram usados no transporte da cana, do açúcar e de móveis e utensílios, e que faziam moer os famosos engenhos de açúcar. As éguas eram utilizadas nas almanjarras dos engenhos que não dispunham de água suficiente para movimentá-los, no transporte das canas dos partidos para os engenhos e do açúcar e da aguardente dos engenhos e da destilação até os portos fluviais ou aos armazéns dos

exportadores. Neste trabalho eram muito utilizados também os burros, muare – híbridos de cavalos com os jumentos –, animais muito fortes e resistentes às grandes caminhadas.

Nas almanjarras, não eram utilizados cavalos, mas apenas éguas, por serem mais velozes que os machos. Daí se chamar aos engenhos à tração animal de “engenhos de besta”. Segundo os cronistas coloniais os primeiros engenhos foram movidos à tração humana, sendo logo substituídos por engenhos movidos a bois e finalmente por engenhos de bestas, que só desapareceram totalmente na região açucareira nos séculos XIX e XX, quando foram substituídos pelos engenhos a vapor.

Se, na opinião de Gilberto, externada em *Nordeste*, o cavalo era o companheiro, quase um complemento do senhor; o boi, lento, manso e de fácil dominação, era o companheiro do negro, do escravo, do homem de classe mais humilde. Trazido inicialmente da Europa e, a partir do século XIX, da Índia, o boi era utilizado sobretudo na cultura de cana e na produção de couro, assim como no trabalho agrário. Criado quase sempre no sertão, ele era levado para a região canavieira em grandes boiadas para ser abatido ou utilizado como animal de trabalho. Daí a sua maior convivência com o homem humilde, com o trabalhador do que com o senhor de terras e de escravos; talvez por isso ele fosse olhado com simpatia entre populares, sendo logo convocado para participações em folguedos, como o “bumba meu boi”.

Durante muito tempo, ele participou também do convívio com os senhores, quando conduzia a família nas suas viagens para engenhos vizinhos e para as cidades próximas. Há, na realidade, um rico folclore a seu respeito e da sua presença na vida patriarcal. A sua carne, ao contrário da do cavalo, era muito utilizada como alimento nas casas-grandes e nas senzalas, tanto sob a forma de carne verde como de carne seca, na chamada carne-de-sol ou de vento e no charque, ou jabá, hoje importado do Centro-Oeste do Sul. A produção de charque, no século XVIII, estava concentrada sobretudo no sertão nordestino e era chamada de “carne do Ceará”. As grandes secas, porém, forçaram a migração das indústrias produtoras para o Rio Grande do Sul.

Além do boi e do cavalo, os colonizadores trouxeram do Velho Mundo

para o Nordeste carneiros e cabras que seriam utilizados sobretudo na alimentação; os carneiros eram muito utilizados na época da civilização açucareira como montaria para as crianças, como que preparando-as para a equitação.

Os portugueses não domesticaram aves, visando à produção de alimentos, preferiam utilizar aquelas que já conheciam na Europa, como as galinhas, os patos, os marrecos, os gansos etc. Da África trouxeram a guiné ou galinha-d'angola que teve grande difusão no País, mas é considerada de menor importância e prestígio dentre as aves, quer na qualidade da carne, quer na dos ovos.

Observa-se, assim, e Gilberto o salienta em sua visão ecológica em *Nordeste*, que o colonizador foi um grande predador; destruiu impiedosamente a natureza, derrubando florestas à procura de ganho fácil, degradou os solos, usou os rios naquilo em que eram úteis e transformou-os em verdadeiros canais de esgotos de recebimento de produtos e dejetos industriais, que disseminou epidemias e endemias europeias e africanas e destruiu a fauna autóctone para substituí-la por animais importados e já domesticados em outras plagas. Do ponto de vista sanitário, é conveniente lembrar como a *schistosoma mansoni* se expandiu por toda a área açucareira, enfraquecendo a população pobre que convivia com as águas dos rios e lagos. Através de uma vida sexual intensa, propagou a sífilis a ponto de o próprio sociólogo afirmar, em livro famoso, que os colonizadores não só civilizaram como também sifilizaram a sua colônia americana. Assim, podemos afirmar, sem medo de exageros que a colonização, a ocupação do território, a formação da nação brasileira e a catequese foram acompanhadas pela sífilis e por outras moléstias "maldosamente" chamadas de tropicais.

Mas Gilberto, como cientista social, como observador da formação brasileira, como historiador social, como antropólogo, como sociólogo, como cientista político e como geógrafo humano, depois de uma visão ecológica da sociedade açucareira não teria completado o seu trabalho se não analisasse o papel desempenhado pelo homem, ao organizar o seu espaço de atuação.

E, ao analisar a ação do homem, levou em consideração a existência de uma sociedade de classes onde conviviam dominadores e dominados, senhores e escravos. E traçou em dois capítulos, o quinto e o sexto, a

psicologia e o modo de agir de cada uma delas. Pernambuco tem uma tradição diversificada do Brasil, de vez que a sua classe dominante foi marcada, já no século XVII, por uma prolongada luta entre portugueses e holandeses. E, face à pouca ajuda da coroa portuguesa aos insurgentes de 1645, estavam os "mazombos" ou nobres da região açucareira convencidos de sua pequena dependência da monarquia portuguesa e do seu direito a uma maior autonomia. Daí, a chamada revolta de 1710, ou guerra dos mascates, onde se contrapuseram os direitos de Olinda aos do Recife, enriquecido com a guerra holandesa, e em seguida as revoltas de 1817, de 1824 e de 1848/49, nas quais senhores de engenho e comerciantes se levantaram contra os monarcas de Portugal, até 1822, e do Brasil a partir da Independência, em nome de ideais democráticos.

Na verdade, e isto está bem explícito em Nordeste, os senhores de engenho e ricos comerciantes haviam se embebido de ideias constitucionais americanas e dos princípios libertários franceses, para realizarem uma libertação dos poderes metropolitanos. Mas estes "liberais" estavam, sobretudo, temerosos de uma revolta de escravos negros, muito numerosos na província, onde havia unidades militares de negros e de mulatos, os chamados "Henriques", que eram muito fortes e desdenhavam dos brancos a que chamavam de "caiaados". Alguns líderes se destacaram, como o mulato capitão Pedro Pedroso, chefe de uma intenciona que derrubou o governo provincial em 1823 e o major Mundurucu que tinha grande prestígio entre a população de cor, sempre pronta para entrar em ação. Já em 1710, a população pobre do Recife, sob liderança de João da Mata, apoiara os mascates do Recife, contra os "pés raspados" de Olinda.

E esta população negra era temida face aos acontecimentos ocorridos no Haiti, quando a Revolução Francesa enfraqueceu o governo colonial e possibilitou uma sublevação negra contra os colonizadores brancos, que foram expulsos da ilha tornada independente sob o governo de imperadores negros. E o medo é mau conselheiro.

Em 1817, quando os revolucionários tomaram o poder e organizaram um governo republicano que dominou o Recife e a capitania de Pernambuco, organizaram um governo de cinco membros representando as cinco classes consideradas mais importantes – clero, militares, comércio, magistratura e

agricultura – e os representantes das mesmas eram todos brancos ou semibrancos, levando-se em conta que a miscigenação já penetrara nas velhas famílias aristocráticas. Não houve uma maior preocupação com a libertação dos escravos e também com a abolição do tráfico negreiro da África para o Brasil.

Ainda em 1824, ao se proclamar a Confederação do Equador, com todo o ideário democrático de frei Caneca, não recebeu o tema da abolição da escravatura maior atenção. Temiam os revolucionários, que o ideal abolicionista, se externado, afastasse da ideia revolucionária, os latifundiários, os grandes proprietários de terras. Os nossos escritores do século XIX não se preocuparam muito com a escravidão e deixaram de lado as revoltas negras de maior importância, como o chamado Quilombo de Catucá e a Guerra dos Cabanos. Revoltas em que negros, mulatos e indígenas pegaram em armas e resistiram durante anos aos seus senhores, fugindo à condição de escravos e procurando obter a propriedade ou a posse de terras agricultáveis.

Gilberto mostra, porém, como numerosos aristocratas do açúcar se converteram ao ideal abolicionista e lutaram contra a escravidão e a exploração do homem pelo homem. Entre outros, podem ser salientadas as figuras de Joaquim Nabuco e de José Mariano. O primeiro, um Paes Barreto, descendente do morgado do cabo, não só defendia a abolição da escravatura como a necessidade de se fazer livrar o Brasil da marca desta instituição nefanda, admitindo que a abolição deveria ser acompanhada da democratização da propriedade da terra, por meio de uma reforma agrária. Reforma agrária que ainda não foi feita neste início do século XXI. O segundo, um Carneiro da Cunha, de Ribeirão, além de se destacar como grande orador popular, participou de ações onde roubava escravos aos proprietários de terra, escondia-os em suas propriedades, sobretudo na do Poço da Panela, e remetia-os para o Ceará, onde a abolição provincial havia sido feita em 1884, quatro anos antes da nacional.

Também o Cons. João Alfredo, filho e neto de senhores de engenho, ele próprio dono de terras e de escravos, ao ascender ao poder realizou a abolição, a 13 de maio de 1888, sem indenização aos proprietários de escravos e de terras. Ele levou a então princesa imperial, dona Isabel, a

assinar uma lei, revolucionária para a sua época, e o gabinete que chefiou caiu devido ao jogo parlamentar, quando ele caminhava para levar a cidadania aos ex-escravos, através da distribuição de terras a descendentes de escravos e ex-escravos, nas margens das ferrovias e dos rios navegáveis. Gilberto Freyre em *Nordeste* e em outros dos seus estudos, desenvolve a ideia, hoje muito aceita, de que a abolição foi feita pela metade, foi interrompida no seu caminho ascendente.

Convém salientar ainda que o Recife foi uma cidade que se orgulhava de suas tradições liberais e embebeu de ideias liberais não só as personalidades pernambucanas como as figuras de outras províncias que vieram estudar na mesma. Basta salientar que aqui viveram Castro Alves, o poeta da liberdade, abolicionista, republicano e agnóstico, como também Rui Barbosa, que seria o maior jurista brasileiro de seu tempo, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Vitoriano Palhares, Abreu e Lima, o general das massas e autor de um livro sobre “O Socialismo” e muitos outros. Além disto, na chamada Revolução ou Revolta Praieira, já se sentia a influência de ideias republicanas e federalistas. Em capítulo magistral Gilberto Freyre analisa este fenómeno da “açucocracia” pernambucana, que reunia de forma dialética ideais democráticos e até socialistas ao orgulho de uma origem aristocrática que se iniciara com a colonização portuguesa, na primeira metade do século XVI, e conservada até hoje, cheia de nomes tradicionais, como Albuquerque, em numerosas variantes, Cavalcanti, Acioli, Lins, Bandeira de Melo, ou Souza Leão e numerosos outros. Eles foram os chamados “Leões do Norte” do tempo do império.

Mas Gilberto, em *Nordeste*, não salienta apenas estes aspectos positivos: ele chamou a atenção também para os aspectos negativos, acentuados a partir da segunda metade do século XIX, quando foram implantadas numerosas usinas e os latifúndios passaram a engolir engenhos e sítios, intensificando a monocultura, intensificando a destruição das matas e poluindo as águas. E aí se observa a posição dialética do mesmo, saudoso do sistema patriarcal que morria rapidamente diante da expansão da usina que afastou o trabalhador rural do proprietário de terras, que passa a viver distante da propriedade sem conviver com o trabalhador. A usina como que desumaniza o proprietário e o trabalhador e faz diminuir a classe média dos

produtores de açúcar, senhores de engenho, transformados em fornecedores de cana.

Salienta ainda que poucos foram os usineiros que guardaram as posições e os hábitos de senhores de engenho, destacando-se dentre estes o famoso "tenente" de Catende, o industrial Costa Azevedo.

O último capítulo é voltado para o trabalhador rural, escravo até 1888, e livre, ou relativamente livre após o 13 de maio; Gilberto apesar de antropólogo e mais com espírito de geógrafo não faz aquela decisão que tomou em *Casa-grande & senzala*, dando maior importância ao escravo doméstico do que ao escravo trabalhador rural. Aqui ele encara o trabalhador de forma mais ampla, chamando a atenção para o fato de que a escravidão era muito dura, impiedosa para com o escravo, mas era menos rígida do que em países de colonização inglesa. Observa-se assim que em *Nordeste* já começam a ser lançadas as ideias que ganhariam maior força e importância na chamada Tropicologia, ou Luso-tropicologia.

Desenvolve ideias que acompanham a mudança de vida do escravo para a do morador de condição, a transformação do habitat concentrado da senzala pelo da casa dispersa dos moradores e a atenuação dos rigores do proprietário para o trabalhador, que ocorria de forma mais acentuada durante o período escravocrata. Também aí discorre para o fato do senhor de engenho "fechar os olhos" a certos hábitos degradantes que se propagavam, como o do uso de drogas como maconha entre os trabalhadores. Admite que a tolerância deste uso pelos senhores resultava da variação sazonal de braços entre os períodos de maior demanda de mão de obra – moagem e até certo ponto plantio da cana – fazendo com que facilitassem certos hábitos no período da entressafra, para desviar os trabalhadores do desejo de especulações que contrariassem os seus interesses.

Observa-se que, na vida mais ou menos livre levada pelas classes, então chamadas inferiores, a disseminação de moléstias sexuais era intensa, trazendo impactos sobre a população pobre. E como estas moléstias se difundiam de forma mais intensa entre as classes mais humildes, generalizou-se de considerá-las moléstias tropicais. Moléstias que eram epidêmicas e que atingiam as classes menos favorecidas, como o

impaludismo (malária), a leishmoniose, a bolba, a tuberculose, ou que apareciam de forma intensa em certos períodos, como a varíola e o cólera morbus. A varíola era conhecida como bexiga; vivendo no campo, descalços e em contato permanente com a terra, era comum serem os pobres atacados por numerosos tipos de verminoses e, por intermédio dos banhos de rio e de açudes, pela *schistosoma mansoni* (esquistossomose).

Assim podemos considerar *Nordeste* como um livro de síntese em que Gilberto, de forma impressionista e caprichando em escrever de forma mais acessível ao povo, dá uma ideia mais geral da civilização açucareira e da sociedade patriarcal; nele o autor enfatizou a importância das relações entre a natureza e a sociedade, mostrando como o homem e o meio natural se interinfluenciam: como terra, água, ar, vegetação, animais e o homem estão entrelaçados por ações e reações as mais complexas. Como o todo não é uma soma das partes, mas o resultado de uma interrelação entre os vários componentes do meio orgânico e inorgânico. Daí se poder considerar *Nordeste* como um livro eminentemente geográfico, enquanto *Casa-grande & senzala* é mais antropológico e *Sobrados e mucambos* mais sociológico. Também, fazendo a ecologia dos grandes espaços do *Nordeste*, o livro o consagra como um especialista em ecologia.

Após a descrição do que compreende o livro nos vários capítulos, é conveniente se fazer uma análise da contribuição do mesmo aos grandes temas nacionais, situando-se o leitor, inicialmente, na época em que ele foi escrito e, posteriormente, na projeção de suas ideias e conceitos para o mundo atual, para o momento em que vivemos. Ao nosso ver este livro expressa a posição do seu autor frente a temas fundamentais, como o da relação entre o regionalismo e o unitarismo e a sua sensibilidade para as questões ligadas ao meio ambiente, hoje tão atuais; para os problemas de cultura e de estruturas sociais; para a difusão de hábitos e costumes, realizando encontros e interpenetrações sociais.

Uma das grandes contribuições do livro *Nordeste* à cultura brasileira foi a de definir o que é uma região e a sua importância no contexto do território nacional. Na verdade, a história do Brasil está permanentemente oscilando entre as tendências à unificação, ou mais precisamente à centralização e à regionalização. Assim, o Brasil que começou a ser povoado com um sistema

descentralizado de capitanias hereditárias, na primeira metade do século XVI, teve depois um governo geral, que se sobrepunha às capitanias e tentava fazer uma unificação. Em seguida, o governo português procurou frear esta centralização, criando dois governos, um no Norte, sediado na cidade do Salvador, e outro no Sul, com sede no Rio de Janeiro. Foi de pequena duração este tipo de governo – 1572 a 1577 – e novamente a colônia foi unificada, sob o governo da cidade de Salvador. A divisão seria mais uma vez repetida no período de 1608 a 1612, para voltar ao sistema unificado até 1621, quando ela foi dividida em dois estados, o do Brasil e o do Maranhão; divisão que perdurou por mais de um século e permitiu que a metrópole intensificasse a sua ação colonizadora na Amazônia. Nem a guerra holandesa desfez esse sistema que chegou quase até a transferência da família real para o Rio de Janeiro. E, ao se proceder à Independência, o sentimento dos provincianos era mais forte do que o sentimento dos nacionais. O indivíduo era, primeiramente, pernambucano, paulista, mineiro ou carioca do que brasileiro, e o gênio político de José Bonifácio foi que conduziu o país a uma independência nacional, evitando uma secessão semelhante à ocorrida na América Espanhola.

As conspirações e revoltas mais importantes dos fins do período colonial foram regionais, como a Inconfidência Mineira, a Inconfidência Baiana, a Revolução Pernambucana de 1817, continuando o provincianismo a ser muito forte na chamada Guerra da Independência. Fazendo-se uma reflexão sobre os acontecimentos de Pernambuco e do Grão-Pará, neste período se chegará à conclusão de que os sentimentos ligados à província eram mais fortes do que os ligados ao país.

Após a Independência, ainda tivemos a famosa Confederação do Equador que conclamou as diversas províncias, então ditas "do Norte", sobretudo Pernambuco e Ceará, à separação do Rio de Janeiro. Com a abdicação do primeiro imperador, em 1831, o governo da regência, não tendo condições de controlar o poder nas várias províncias, deu margem ao surgimento de revoltas famosas das populações pobres, com grande participação de negros forros, escravos e indígenas ligados a mestiços e a brancos pobres, deserdados da fortuna, como a Cabanagem na Amazônia, a Balaiada no Maranhão e Piauí, a Cabanada em Pernambuco e Alagoas, a

Sabinada na Bahia e a Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos) no Rio Grande do Sul.

Estas revoltas têm, todas elas, uma grande importância para a compreensão de evolução da sociedade brasileira, e precisam ser estudadas em maior profundidade, como aconselhava Caio Prado Júnior em seu livro pioneiro de 1933 *Evolução política do Brasil*. Ao se fazer a história geral do Brasil deve-se partir de estudos locais, como já salientava Capistrano de Abreu. E Gilberto Freyre, ao analisar as características da sociedade patriarcal, salientava a importância do aspecto cultural dominante em várias regiões e com a diversificação da exploração da terra marcava cada uma delas, criando identidades regionais e locais.

Esta percepção, mais cultural do que étnica, levou-o a chamar a atenção para a falsa divisão dominante entre autores do seu tempo, de defesa de um centralismo da unidade nacional e um estadualismo aplicado pela Constituição Republicana de 1891 e consolidado pela política dos governadores, defendida por Campos Sales; ele lembrava que entre o Estado e o País havia a região. E que as regiões nem sempre se acomodavam dentro dos limites político-administrativos dos Estados.

Uma análise da formação do pensamento regionalista mostra como o autor destruiu aquela ideia generalizada de que o imenso país-continente, que é o Brasil, compreendia duas grandes áreas que poderíamos chamar regiões, o Norte e o Sul. Estas reflexões levaram o Governo Vargas, ao criar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desenvolver estudos regionais que culminaram com a proposta de divisão do país em cinco grandes regiões naturais, o Norte, o Nordeste, o Leste, o Sul e o Centro-Oeste, proposta feita pelo geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães em 1941 e que foi oficializada, apesar de sofrer grandes críticas dos geógrafos brasileiros que trabalhavam nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, e no próprio IBGE. Posteriormente, em 1952, o governo federal criou o chamado Polígono das Secas, compreendendo trechos do território de Estados nordestinos e de Minas Gerais, como área de ação do então criado Banco do Nordeste. Em seguida, em 1958, provocado por outra grande seca, o governo federal criou o "Nordeste da Sudene", juntando ao Polígono das Secas as porções úmidas dos vários Estados da região e o Maranhão. Em uma nova

divisão regional do País, o IBGE tornou oficial o Nordeste da Sudene e desmembrou o Leste que perdeu Sergipe e Bahia, sendo os estados do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais reunidos a São Paulo para formar o Sudeste. O Sul passou a compreender apenas os três Estados meridionais.

Ainda a partir da ideia do mestre de Apipucos e com o apoio de escritores famosos que se abeberaram nos trabalhos anteriores como os de Domingos Olímpio, de Rodolfo Theófilo, de José Américo de Almeida e da genial obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, firmou-se a concepção cultural da existência de uma região nordestina com características próprias dentro do território brasileiro. E o Nordeste vem sendo estudado e criticado dentro dos centros científicos da região e de outras áreas do país, sentindo-se sempre a marca freyreana. Leia-se e reflita-se sobre livros marcantes mais recentes como o *Elegia para uma religião* de Francisco Oliveira e *O fim do Nordeste* de Michel Zaidan, que se verá a presença do pensamento de Gilberto ora para ser enaltecido, ora para ser criticado e ora para ser contestado. Mas ele está presente em todos os momentos e reflexões.

Outra grande contribuição do livro é a do tema ligado ao meio ambiente, de vez que o autor divide a região em duas sub-regiões mais características e procura colocar a cultura imperial, a cana-de-açúcar, no centro de suas reflexões, selecionando a sua presença com elementos naturais, a terra, o clima, a água, o mato e biológicos como a vegetação, os animais e o próprio homem. E ciente da importância da organização dada ao espaço que se transforma em território, da forma como ele procede, age e se torna um agente motor e responsável pelo território produzido. Não se pode afirmar que Gilberto tenha sido um precursor genérico da ecologia, ciência organizada por Ernest Haeckel nos fins do século XIX na Alemanha, mas foi ele que primeiro aplicou os conceitos ecológicos a grandes espaços territoriais no território brasileiro.

Numerosos estudiosos do Nordeste também estudaram a região, sobretudo no seu aspecto geobotânico, de forma mais especializada, levantando protestos contra a destruição que vem sendo feita da Mata Atlântica, sobretudo pelas usinas de açúcar, como J. Vasconcelos Sobrinho com os seus livros básicos intitulados *As regiões naturais de Pernambuco*, o

*meio e a civilização*, editado em 1949 pela editora Freitas Bastos, e *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*, escrito com uma série de colaboradores e publicado pelo Condepe, no Recife, em 1970.

Trata-se de livros de grande importância que vêm complementar as observações de Gilberto Freyre.

Ao estudar a ação do homem, Gilberto demonstra como é difícil se atingir a unanimidade e mostra como entre as tradicionais famílias que dominavam a região canavieira nordestina por séculos ela produziu os seus contestadores, tanto entre pessoas das classes dominadas como também oriundas das classes dominantes. E os heróis populares não foram apenas os que nasceram no meio do povo, como escravos ou índios, como o Zumbi dos Palmares, como Antonio Ferreira de Paula, o chefe dos cabanos que lutou contra o governo imperial desde 1831 até 1849, como bandoleiros como o Cabeleira, mas também pessoas da clã dominantes, filhos de proprietários de terras e de escravos como Nunes Machado, morto na chamada "Revolução Praieira", José Inácio de Abreu e Lima, autor do primeiro livro brasileiro sobre o socialismo, José Mariano, o grande tribuno do abolicionismo e da República, Joaquim Nabuco, a grande figura de aristocrata e de abolicionista que sacrificou a sua carreira política por ideais mais nobres, como Cristiano Cordeiro, o grande líder comunista dos anos 1920 e 1930, como Demócrito de Souza Filho, sacrificado na Praça da Independência em 1945 na luta contra a ditadura do Estado Novo e tantos outros. O idealismo e o heroísmo, a dedicação ao bem público não é privilégio de classe ou de raça como demonstra Gilberto no capítulo de conclusão deste seu notável livro – *Nordeste*.

Daí se proclamar Gilberto como um revolucionário-conservador, porque aspirou, lutou e defendeu a sociedade e a sua contínua mudança sem fazer concessões àqueles que pensam que as mudanças só poderão ser realizadas com governos fortes e autoridades truculentas, e não por meio de transformações sociais realizadas paulatinamente e de forma a mais respeitosa. Ao concluir a leitura deste grande livro, é interessante se refletir sobre a frase colocada na boca de um príncipe siciliano por Guido de Lampedusa ao afirmar que é necessário que as coisas mudem para que fiquem como estão. Gilberto não pensava, ao escrever *Nordeste*, como

Lampedusa, mas queria que houvesse firmeza e segurança nas mudanças para que elas não desenvolvessem reações mais fortes que as despedaçassem. Daí a necessidade de que a juventude leia *Nordeste* com atenção devida e que reflita sobre os ensinamentos que este magnífico livro contém.

**Manoel Correia de Andrade**

*Professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco*

### **Prefácio à 1ª edição**

Este ensaio é uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil. De um dos Nordeste, acentue-se bem, porque há, pelo menos, dois, o agrário e o pastoril; e aqui só se procura ver de perto o agrário. O da cana-de-açúcar, que se alonga por terras de massapê e por várzeas, do norte da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa.

Ver simplesmente. Não se trata de sondagem nem de análise minuciosa. A análise ecológica de uma região tão complexa seria tarefa para mais de um autor, e não para um só; e também para mais de um volume.

Aqui apenas se tenta esboçar a fisionomia daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira. Do outro Nordeste traçará o perfil para esta coleção [Coleção Documentos Brasileiros] um dos conhecedores mais profundos de sua formação social – Djacir Menezes.

O critério deste estudo já disse que é um critério ecológico. O centro de interesse, o homem, fundador de lavoura e transplantador e criador de valores à sombra da agricultura, ou antes, da monocultura da cana. O homem colonizador, em suas relações com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África.

Tal estudo, mesmo esquemático e quase todo impressionista como é, exigiu incursões em várias especialidades, ligadas ao problema social da adaptação do colonizador – europeu ou africano – ao meio regional. Mas é claro que em nenhuma dessas especialidades o autor fez mais do que recolher de trabalhos já clássicos – o de Philipp von Luetzelburg sobre a botânica do Nordeste, por exemplo – ou de pesquisas ainda a meio, mas revelando aspectos ignorados ou desprezados da patologia regional, como as de Ulisses Pernambucano sobre as doenças mentais em Pernambuco e as de Ageu Magalhães sobre a esquistossomose de Manson nos rios de engenho – material necessário ao esclarecimento e à interpretação daquele processo de

adaptação do português e do africano ao meio regional ou do seu domínio sobre esse meio. Adaptação e domínio que se processaram, quer através de ajustamentos, às vezes felizes, quer de violências, nem sempre fecundas, antes de um valor todo transitório e este mesmo em benefício de alguns indivíduos, de algumas famílias ou, quando muito, de uma classe, de um sexo, quase exclusivamente de uma raça, interessada na cultura de uma planta única: a cana-de-açúcar.

Essa exclusividade pode-se dizer que caracterizou, como nenhum outro fato, a civilização do açúcar no Nordeste, depois de ter condicionado a sua colonização e a sua conquista pelos portugueses. A monocultura latifundiária e escravocrática e, ainda, monossexual – o homem nobre, dono de engenho, gozando quase sozinho os benefícios de domínio sobre a terra e sobre os escravos – deu ao perfil da região o que ele apresenta de aquilino, de aristocrático, de cavalheiresco, embora um aristocratismo, em certos pontos, mórbido, e um cavalheirismo às vezes sádico.

Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais profundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira-imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas.

Quase o mesmo que se passou no Nordeste do Brasil, e no Sul, na baixada do Rio de Janeiro, verificou-se noutros trechos da América onde a colonização europeia teve por base o açúcar; a monocultura, o latifúndio e a escravidão prevaleceram tanto quanto aqui.

Barbados foi quase um rebento de Pernambuco.

Dizem os seus historiadores que o marinheiro inglês John Powell voltava de Pernambuco à Europa em 1625 quando tocou na ilha, já visitada por outros viajantes. As vantagens de lucro fácil com o açúcar, tão evidentes no Nordeste do Brasil, talvez atuassem sobre a imaginação de Powell, que tomou

posse da ilha para a Inglaterra. Mas só em 1640 começou-se a produzir exclusivamente açúcar em Barbados, por quinze anos feliz sob a policultura e a pequena propriedade. Diz o professor Harlow que o primeiro plantador de cana na ilha foi o Coronel Holdip; que ele e os demais iniciadores da monocultura em Barbados se utilizaram da experiência dos monocultores brasileiros, alguns vindo até cá inteirar-se melhor do processo agrícola e do industrial de fabrico do açúcar. Barbados parece que gozou ainda das vantagens de emprego de capital holandês e provavelmente judeu, depois da reconquista do Nordeste pelos portugueses.

Teve alguns anos de progresso extraordinário. Quase o luxo de Pernambuco. Quase o fausto do Recôncavo ou da baixada do Rio de Janeiro.

Mas luxo e fausto ainda mais passageiros do que no Nordeste do Brasil. A escravidão afastou a colonização livre que correria para a ilha de 1625 a 1640, atribuindo-se depois ao clima o êxodo desses brancos que se viram de repente uns fantasmas no meio de tanta cana e de tanto negro. O latifúndio venceu a pequena propriedade: certo capitão Waterman, senhor de engenho, entrou a ocupar sozinho, com seus canaviais, as terras a princípio ocupadas por quarenta famílias dedicadas a várias culturas.

Barbados, apesar da religião e da raça tão diferentes de seus colonos, ficou, por muito tempo, sociologicamente, quase um pedaço do Nordeste do Brasil. A vida, a paisagem e o caráter da gente, marcados pelas mesmas influências econômicas e sociais, cuja ação se estendeu às várias Antilhas. Sempre mais duro que o colonizador português, o colono inglês de Barbados, de Jamaica, de Trinidad, deu à monocultura da cana sabor ainda mais cru do que entre nós. O professor Mathieson – outro estudioso da colonização inglesa das Antilhas – recorda que se chegou a gravar com pesado imposto a terra destinada à produção de alimentos. No Nordeste do Brasil, a administração portuguesa dos tempos coloniais insistiu quase sempre pela necessidade das culturas ancilares, tão sufocadas pela da cana.

Em Cuba, a monocultura da cana, a escravidão africana e o latifúndio deram à paisagem traços e cores que a aparentam, tanto quanto Barbados, da paisagem do Nordeste. A competição, a rivalidade dos engenhos entre si, disputando-se como inimigos a matéria-prima, foi um processo cubano bem parecido com o brasileiro, principalmente ao começar o predomínio das

usinas nas terras do Nordeste. Nesse processo de imperialismo industrial, lá como aqui, teve ação poderosa a estrada de ferro particular, dando à usina tentáculos com que ir buscar cana em trechos remotos. Só o custo do transporte impôs limites a esse imperialismo tentacular das usinas, cada qual fazendo de extensões enormes, terras exclusivamente de cana e descuidando-se da valorização agrícola das áreas já desvirginadas.

Outro característico comum às várias regiões americanas de colonização monocultora, ou pelo açúcar – tão intensa no Nordeste do Brasil –, foi, e em certos trechos é ainda, o emprego do trabalhador apenas durante uma parte do ano, a outra parte ficando uma época de ócio e, para alguns, de volutuosidade, desde que a monocultura, em parte nenhuma da América, facilitou pequenas culturas úteis, pequenas culturas e indústrias anexas ao lado da imperial, de cana-de-açúcar. Só as que se podem chamar de entorpecentes, de gozo, quase de evasão, favoráveis àquele ócio e àquela volutuosidade: o tabaco, para os senhores; a maconha – plantada, nem sempre clandestinamente perto dos canaviais – para os trabalhadores, para os negros, para a gente de cor; a cachaça, a aguardente, a branquinha.

A sugestão aí fica esclarecendo talvez um aspecto, até hoje esquecido, da patologia social da monocultura. Não parece simples coincidência que se surpreendam tantas manchas escuras de tabaco ou de maconha entre o verde-claro dos canaviais. Houve evidente tolerância – quando não mais que tolerância – para a cultura dessas plantas voltuosas, tão próprias para encher de langor os largos meses de ócio deixados ao homem pela monocultura da cana. Largos meses que sem um bom derivativo podiam resultar perigosos para a estabilidade dos grandes senhores de terras de açúcar. Estes, por sua vez, tomaram-se maiores fumadores de charutos finos. Precisamente em dois focos de civilização açucareira – em Cuba e na Bahia – é que se aperfeiçoou o fabrico dos charutos. O mesmo, talvez, se possa dizer dos cigarros de maconha que, nos portos do Nordeste, ainda hoje, nórdicos viciados na liamba chegam a comprar por altos preços aos vendedores da terra.

O latifúndio açucareiro, escreve Ramiro Guerra y Sanchez, referindo-se às Antilhas, particularmente a Cuba, é “uma indústria que cresce territorialmente e que gira em um círculo vicioso do qual não pode escapar,

vendo-se arrastada fatalmente à superprodução...” E ainda, escrevendo quase na terminologia de Sorokin: “Se a empresa latifundiária crescesse verticalmente, à maneira de um gigantesco arranha-céu, em vez de fazê-lo horizontalmente, talvez nada tivéssemos que opor a ela.” Mas ela cresce em extensão; não se cansa de engolir terras para a prática da cultura extensa da cana, desprezando a intensa, que implicaria na solução de problemas como o do mosaico, no cultivo da cana de melhor rendimento, no desenvolvimento da irrigação e do adubo das terras mais concentradas.

Entre nós, essa cultura por extensão se tem feito à grande e em prejuízo dos interesses gerais da região. Em Pernambuco ela ocupa  $\frac{3}{4}$  da zona chamada da “mata”: a mais fértil do Estado. Não se dá atenção à semente. Quase não se liga importância às doenças da cana. Excetuadas algumas usinas modernas, nas outras e nos engenhos só se extrai da cana 6,7% e 8% de açúcar. É bem expressivo o seguinte fato: nos últimos cinquenta ou sessenta anos construíram-se no Estado 2.000 quilômetros de estradas de ferro de usinas, sem que as vantagens de lucro tenham compensado despesa tão grande.

Aqui, como em Cuba, a indústria de açúcar quase só tem feito crescer “territorialmente”, ao mesmo tempo que o homem vem sendo diminuído por ela, que as águas vêm sendo degradadas pelas usinas, as matas devastadas pelo sistema monocultor.

Este trabalho já disse que era quase impressionista. A civilização do açúcar no Nordeste exige uma análise demorada, que só se poderá fazer, com inteira amplitude científica, juntando-se vários especialistas para um esforço comum; e reunindo-se toda a documentação possível: a antropológica como a histórica; a sociológica como a psicológica; a geológica como a botânica.

Fica, entretanto, nestas páginas, uma visão da paisagem, da vida e do homem do Nordeste que a monocultura da cana feriu mais profundamente.

Como os estudos anteriores, este, apesar de mais impressionista, também exigiu pesquisas pelos arquivos regionais e portugueses; esforços de investigação; várias excursões pelas velhas zonas de plantação de cana.

No trabalho de copiar documento, no de tradução e, ainda, no preparo do manuscrito tive, como das vezes passadas, o auxílio de companheiros

mais jovens de estudo: Diogo de Mello Menezes, Ivan Seixas, Clarival Valadares, Carlos Gilberto Cavalcanti, Archimedes de Mello Netto. A este, que passou a limpo o trabalho com tanta inteligência e tanto esmero, os meus melhores agradecimentos.

Meus agradecimentos, ainda, ao Secretário da Agricultura do Estado de Pernambuco, o agrônomo Lauro Montenegro, empenhado numa obra tão simpática de renovação das práticas agrícolas na zona pernambucana do açúcar, e aos seus colaboradores. Agradecimentos pelos dados oficiais que me forneceram e que foram aqui aproveitados no texto e em mapas. Particularmente os dados da Diretoria de Estatística, preparados sob a direção cuidadosa de Paulo Pimentel e Souza Barros.

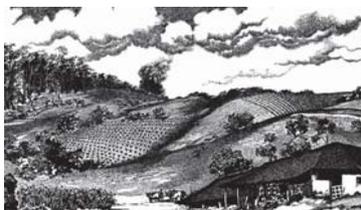
A M. Bandeira agradeço a valiosa colaboração artística, principalmente o mapa, fixando os elementos mais característicos da paisagem cultural do Nordeste agrário; o triângulo – engenho, casa e capela.

**Gilberto Freyre**

*Engenho Queimadas, 1936.*

*Recife, 1937.*

## 1 – A CANA E A TERRA



A palavra “nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol.

Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra.

Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa. Onde a água faz da terra mais mole o que quer: inventa ilhas, desmancha istmos e cabos, altera a seu gosto a geografia convencional dos compêndios.

Um Nordeste com a cal das casas de telha tirada das pedras do mar, com uma população numerosa vivendo de peixe, de marisco, de caranguejo, com

as mulheres dos mucambos lavando as panelas e os meninos na água dos rios, com alguns caturras ainda iluminando as casas a azeite de peixe.

Um Nordeste oleoso onde noite de lua parece escorrer um óleo gordo das coisas e das pessoas. Da terra. Do cabelo preto das mulatas e das caboclas. Das árvores lambuzadas de resinas. Das águas. Do corpo pardo dos homens que trabalham dentro do mar e dos rios, na bagaceira dos engenhos, no cais do Apolo, nos trapiches de Maceió.

Esse Nordeste da terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de cobertura de capim-açu. O Nordeste da primeira fábrica brasileira de açúcar – de que não se sabe o nome – e talvez da primeira casa de pedra e cal, da primeira igreja no Brasil, da primeira mulher portuguesa criando menino e fazendo doce em terra americana; do Palmares de Zumbi – uma república inteira de mucambos. O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco.

Aliás há mais de dois Nordestes e não um, muito menos o Norte maciço e único de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação. As especializações regionais de vida, de cultura e de tipo físico no Brasil estão ainda por ser traçadas debaixo de um critério rigoroso de ecologia ou de sociologia regional, que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças às vezes profundas.

O Nordeste do massapê, da argila, do humus gorduroso é o que pode haver de mais diferente do outro, de terra dura, da areia seca. A terra aqui é pegajenta e melada. Agarra-se aos homens com modos de garanhona. Mas ao mesmo tempo parece sentir gosto em ser pisada e ferida pelos pés de gente, pelas patas dos bois e dos cavalos. Deixa-se docemente marcar até pelo pé de um menino que corra brincando, empinando um papagaio; até pelas rodas de um cabriolé velho que vá aos solavancos de um engenho de fogo morto a uma estação da Great Western.

Há quatro séculos que o massapê do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de cana, os pés dos homens, as patas de bois, as rodas vagarosas dos carros, as raízes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos pela civilização agrária dos portugueses.

O massapê é acomodaticio. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger de areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira-da-índia e o broto da cana, com o mesmo enjoo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão. A doçura das terras de massapê contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões.

O massapê não vai ao extremo da terra de manguê, que quase não é terra, de tão melada, de tão mole e indecisa, deixando que nela a água apodreça os matos e as raízes. Nem o excesso do barro tauá, nos dias de chuva capaz de engolir baldúinas, de sorver comboios inteiros.

O massapê tem outra resistência e outra nobreza. Tem profundidade. É terra doce sem deixar de ser terra firme: o bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela.

Nessas manchas de terra pegajenta foi possível fundar-se a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos. A riqueza do solo era profunda: as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra e cal; não era preciso o nomadismo agrário que se praticou noutras terras, onde o solo menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase um cigano sempre à procura de terra virgem. Um dom-juan de terras.

As cem, cento e vinte mil caixas de açúcar que antes de 1670 se importavam em Lisboa, excedendo então “os assucares do Brasil em beleza e proveito aos das Índias orientais, únicos que no século XVI e até meados do XVII apareciam nos mercados da Europa” eram açúcares quase todos do Nordeste: e sua bondade se atribuía à boa qualidade dos nossos terrenos; “o P. Labat escreve que a força das terras do Brasil era tal que cá amadurecia a cana em trez mezes, quando nas Antilhas custava de dezesseis a dezoito”.<sup>2</sup> Lembrava há mais de cem anos, em memória sobre o açúcar, José Silvestre Rebêlo.

Sem massapê, sem argila, sem humus, a paisagem do Nordeste – desde o Recôncavo, na Bahia, até certos trechos do Maranhão – não teria se alterado tão decisivamente no sentido em que se alterou desde os meados do século XVI: no sentido da cana-de-açúcar. No sentido da casa-grande de pedra e

cal.

A qualidade do solo tornou possível o avanço civilizado da cana em várias outras terras do Brasil. Mas a estabilidade de sua cultura no extremo Nordeste e no Recôncavo se explica por condições particularmente favoráveis de solo, de atmosfera, de situação geográfica. Nas terras onde parece que se plantaram as primeiras canas – talvez mais como um recurso contra as “doenças do mar”, principalmente o escorbuto, do que como base de uma agricultura colonial, e muito menos de uma indústria – nunca se teria firmado a lavoura que em poucos anos fez da Nova Lusitânia uma colônia de gente tão farta, de homens tão sólidos, com tanto ruje-ruje de seda e tanto brilho de rubis; com casas de pedra e cal; com sobrados de azulejo e igrejas guarnecidas de jacarandá e de ouro.

A qualidade do solo, completada pela da atmosfera, condicionou, como talvez nenhum outro elemento, essa especialização regional da colonização da América pelos portugueses que foi a colonização baseada na cana-de-açúcar; e dizendo-se esta frase banal, diz-se ao mesmo tempo uma verdade muitas vezes esquecida.

É claro que o triunfo do açúcar no extremo Nordeste foi favorecido por um grupo de circunstâncias, e não por um elemento só: pela proximidade da Europa como pelo contato fácil com a África, fornecedora de escravos; pela qualidade do elemento colonizador europeu – a parentela de Duarte Coelho e de dona Beatriz, gente boa e sã, habituada à vida rural e ao trabalho agrícola, gente talvez geneticamente superior aos simples artesãos – alguns parece que mouriscos –, aos burgueses – tantos deles, cristãos-novos – e aos fidalgotes aventureiros, que primeiro salpicaram de sangue europeu ou semieuropeu outros pontos da América conquistada pelos portugueses. E, ainda, favorecido pela experiência agrícola e pelos hábitos de relativa sedentariedade do elemento colonizador africano: os negros de pescoço curto cuja predominância Tollenare notou em Pernambuco nos princípios do século XIX e que os anúncios de pretos fugidos nos jornais da região parecem confirmar.

Mas é preciso não esquecer o que o massapé representou, ao lado da atmosfera, da água, da situação geográfica, nessa vitória do açúcar. No extremo Nordeste, como no Recôncavo baiano, a terra – de modo nenhum a

fértil e boa para qualquer cultura, dos exageros do primeiro cronista –, uma vez desbastada de seu arvoredo mais grosso, apresentou-se cheia de manchas avermelhadas e pretas onde fazia gosto plantar cana. Esta rebentava forte e gorda como em nenhuma outra terra. Foram essas manchas excepcionais que tornaram possível a civilização baseada na cana-de-açúcar que aqui se desenvolveu.

O massapê já teve quem lhe fizesse o elogio em palavras tão quentes que não parecem de um economista frio: José da Silva Lisboa.

“Este Reconcavo” – escrevia Silva Lisboa em 1871, em carta ao Dr. Domingos Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa – “é entrecortado de varios rios navegaveis que se veem lançar na mesma bahia de que são ramos... He aqui se acha a verdadeira *humus* natural: he esta uma terra chamada maçapé, negra, compacta, viscozissima, que triturada nos dedos faz sentir-se uma sensação de unctuosidade que desfeita em agua e precipitada deixa na parte superior huma porçao de oleo vegetal natante de que estava saturada a mesma terra, que assim se havia impregnado della pela resolução continuada dos vegetaes que nella apodrecem, principalmente das folhas das grandes arvores que nos seculos passados haviam feito montes altissimos que depois com o tempo e chuvas se resolverão. He esta terra *maçapé* propissima para a canna...”<sup>3</sup> Anos depois notaria Martius: “um canavial convenientemente plantado em condições favoráveis, como no *massapê*... dura muitos anos, desenvolvendo anualmente novas socas das cepas que ficaram.”<sup>4</sup>

Mas não nos interessa aqui, senão indiretamente, a análise do massapê e das terras argilosas e gordas de húmus do Nordeste do Brasil. Nos interessa só o que essa terra excepcional representou para a civilização do Brasil. Para o estabelecimento da civilização moderna mais sedentária que o português fundou nos trópicos: a do açúcar no Nordeste do Brasil.

Durante o período decisivo da formação brasileira, a História do Brasil foi a história do açúcar; e no Brasil, a história do açúcar, onde atingiu maior importância econômica e maior interesse humano foi nessas manchas de terra de massapê, de barro, de argila, de húmus. Nessas manchas de solo encarnado ou preto se lançaram os alicerces dos melhores engenhos. Foram elas que mais se avermelharam de sangue nos tempos coloniais. Sobre elas

que tanto luso-brasileiro, tanto preto, tanto caboclo, tanto mulato morreu em luta com os invasores louros. Esses invasores não desejavam outras terras senão aquelas: as terras de massapê. As terras de barro gordo, boas para a cana-de-açúcar.

De modo que escrever-se a História do Brasil durante esse período, dando maior relevo ao extremo Nordeste ou ao Recôncavo da Bahia, não é bairrismo, como tantas vezes se tem levianamente insinuado, em críticas a historiadores maranhenses, pernambucanos ou baianos. Será talvez *bairrismo*. Porque através daqueles dias mais difíceis de fixação da civilização portuguesa nos trópicos, a terra que primeiro prendeu os luso-brasileiros, em luta com outros conquistadores, foi essa de barro avermelhado ou escuro. Foi a base física não simplesmente de uma economia ou de uma civilização regional, mas de uma nacionalidade inteira.

A verdade é que foi no extremo Nordeste – por extremo Nordeste deve entender-se o trecho da região agrária do Norte que vai de Sergipe ao Ceará – e no Recôncavo Baiano – nas suas melhores terras de barro e húmus – que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro. O mais brasileiro pelo seu tipo de aristocrata, hoje em decadência, e principalmente pelo seu tipo de homem do povo, já próximo, talvez, de relativa estabilidade. Um homem do povo, semelhante ao polinésio, feito de três sangues, em outras terras tão inimigos – o do branco, o do índio e o do negro. Um negro adaptado como nenhum à lavoura do açúcar e ao clima tropical. Um português também predisposto à sedentariedade da agricultura. Um índio que ficou aqui mais no ventre e nos peitos da cabocla gorda e amorosa do que nas mãos e nos pés do homem arisco e inquieto.

Todos eles e o produto caracteristicamente regional do seu cruzamento – o cabra – se mostram hoje desprestigiados pelas doenças e pelas condições regionais de vida, mas se revelam, ao mesmo tempo, cheios de possibilidades eugênicas, já esboçadas em antecipações magníficas.

O Nordeste do massapê é ainda o mais brasileiro pelo tipo tradicional de casa-grande e de sobrado de azulejo e pelo de casa de palha ou de mucambo, que aqui se desenvolveram de originais portugueses ou africanos

e indígenas e que constituem material de primeira ordem e uma riqueza de sugestões e de inspirações para uma arquitetura verdadeiramente brasileira, ou, pelo menos, regional.

Às “bandeiras” ninguém ousa lhes diminuir o valor no sentido da extensão da colônia portuguesa na América: do seu alongamento para o oeste, para o extremo sul, para o norte. Mas esse transbordamento de esforço – já mais de mameluco do que de português – teria sido quase em vão e todo no raso – tão no raso que não criaria tipo nenhum de casa – se em torno dos engenhos de açúcar, nas manchas de terra de massapê, não se concentrassem, desde o século XVI, as energias criadoras do agricultor de cana, da senhora de engenho, da mãe preta, do negro, do cabra da bagaceira. Aí é que se aprofundaram as raízes agrárias que tomaram possível o desenvolvimento rápido de simples colônia de plantação em império de plantadores de cana, com os senhores de engenho elevados a barões, viscondes, marqueses, senadores, ministros, conselheiros: os títulos, quase todos, nomes de engenhos. Com as casas quase fortalezas construídas com óleo de baleia e com madeira de lei. Desenvolvimento tão rápido que desde o século XVII os povos das capitâneas do Nordeste, com os senhores de engenho mais arrojados à frente, se revelaram capazes de defender-se por si, ou só com o auxílio de brasileiros de outras regiões – alguns dos quais, como recompensa dos serviços militares, pediriam ao rei terras no próprio Nordeste e aí se fixariam –, dos invasores estrangeiros e dos negros aquilombados. E defendendo seus canaviais, seus rios, suas terras de massapê, começaram a sentir que estavam defendendo o Brasil. Quando em 1710, em 1817 e em 1824 tentaram constituir-se em república, já foi sobre esse sentimento de suficiência a esse desejo de estabilidade que lhes davam as terras férteis de cana.

A Independência do Brasil se realizou firmando-se principalmente sobre uma aristocracia quase feudal de senhores de terras de massapê – Paes Barretos Cavalcantis, Albuquerque, os senhores baianos de Santo Amaro, mais tarde os fazendeiros da terra roxa. Quase feudal nas tendências e no gênero de vida e antimonárquica por natureza, essa aristocracia das terras gordas deu, entretanto, à coroa, quando colocada sobre a cabeça loura de um menino de quinze anos nascido no Rio de Janeiro, o prestígio e as

condições de vida que doutro modo lhe faltariam em terra tão nova como o Brasil.

Os barões das terras de massapê seriam por algum tempo o melhor apoio da coroa. E embora sob Pedro II se acentuassem conflitos e até se dramatizassem divergências entre a justiça imperial e a autoridade do senhor de engenho poderoso, o interesse econômico atuaria por muito tempo no sentido da contemporização entre as duas forças rivais. Os engenhos melhores e mais ricos, do mesmo modo que as fazendas de terra roxa, seriam até às vésperas da abolição centros politicamente fiéis à monarquia e leais a D. Pedro II.

Os títulos de barão, que foram sendo aceitos pelos senhores mais arrogantes e até procurados pelos mais vaidosos, salpicaram de baronatos as terras de massapê. Raro um Presciano Accioly Lins, senhor de engenho em Serinhaém, recusando de modo absoluto, e até com insolência, o título de barão que lhe foi oferecido pelo imperador. Mas esse Presciano Accioly Lins foi uma figura esquisitíssima para o seu meio e para a sua época: ateu e republicano em pleno patriarcalismo do século XIX, um patriarcalismo se não devoto, pelo menos temente a Deus e amigo dos santos e do imperador. Presciano Accioly Lins foi nesse meio um desabusado; não batizou um filho; enfrentou o risco de o Diabo vir lhe dançar de noite no terreiro da casa e dos filhos pagãos virarem, os homens, lobisomens, as mulheres, mulas sem cabeça.

O massapê raramente deu desses homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura nenhuma, que foram antes filhos dos sertões ou de engenhos de terras ásperas. De pedra de fogo, como D. Vital Gonçalves de Oliveira, cuja ortodoxia teve talvez a mesma dureza quase castelhana que a heterodoxia de Presciano Accioly Lins.

A terra mais macia do litoral e da “mata” do extremo Nordeste e do Recôncavo da Bahia parece ter influído sobre os seus próprios senhores – como sobre as próprias plantas terríveis no tipo da maconha, importada da África – amaciando homens do Norte agrário inteiro e não apenas da cidade da Bahia naqueles baianos maneirosos que Joaquim Nabuco retratou n’*Um estadista do império* – os políticos mais flexuosos e plásticos da monarquia: às vezes excessivamente flexuosos e até falsos, homens sem palavra, a ponto

de “baiano” ter ficado para o resto do Brasil equivalente de “francês”. E arredondando as mulheres naquelas iaiás dengosas que os Maciéis Monteiro e os Castro Alves cortejaram em versos tão sensuais e que foram umas criaturas diabólicas pelas graças do sexo, desde muito verde especializado para o amor; suavizando pernambucanos e alagoanos em estadistas e diplomatas do tipo de Araújo Lima, de Maciel Monteiro, de Francisco do Rego Barros, afrancesados que, entretanto, tiveram seus rompantes de independência em relação até com o papa; do tipo do próprio Joaquim Nabuco, a quem não faltaria nunca o gosto da contemporização, a plasticidade de atitudes e até de ideias, embora a altivez fosse também um dos seus traços mais pernambucanos. Do tipo de Carvalho Moreira e de João Alfredo que nos momentos mais ásperos de luta conservaram os punhos de renda: essa renda também tão do Nordeste, feita pacientemente por moças e velhas nos seus vagares para os vestidos das senhoras, as toalhas de mesa, os panos dos altares de santos, os enxovais de batizado e de casamento. Arte rival da do doce fino, da do quitute delicado, da de rede de plumas.

As terras de massapê foram no Brasil as terras por excelência das boas maneiras e dos gestos suaves, onde através do século XIX os homens cresceram mamando em negras gordas, mulheres de uma grande doçura, e tomando chá desde muito pequenos. Quase se podem fixar fronteiras entre as terras de massapê e as terras ásperas, por esse detalhe do leite de mãe-preta – em vez do da comadre-cabra dos sertões – e do uso de chá, a que a frase “tomou chá em pequeno” dá significação e importância sociológica. Nos sertões e nas zonas agrestes, o chá foi até quase nossos dias remédio de botica. E o açúcar, a rapadura. O chá acompanhou o açúcar branco e solto, guardado em porcelana da Índia ou de Macau, nos guarda-louças das casas-grandes e dos sobrados de azulejo. Seu predomínio marca a maior influência, a princípio asiática, depois europeia, e principalmente inglesa, nas terras mais vantajosamente especializadas na cultura da cana.

Com efeito, o Recife concentrou desde os favores do tratado de 1810 uma colônia grande de ingleses com juiz conservador, biblioteca, igreja, padre, cemitério e por algum tempo hospital. Vendedores de panos finos, importadores de chá, de cerveja, de presunto, de chapéu, de botina, médicos, leiloeiros, mestres de fundição, engenheiros especializados no

conserto dos aparelhos de fabricar açúcar, como Harrigton & Starr e como os Mornay. Todo um grupo de homens de negócio e de técnicos, muito em relevo nos anúncios de jornais da primeira metade do século XIX e cujos interesses se identificaram de tal modo com os da aristocracia dos canaviais que vários terminaram ligados às terras de massapê, docemente abasileirados em genros, sogros ou cunhados de brasileiros. Alguns até em senhores de engenho. Tal o caso Henry Koster,<sup>6</sup> cujo nome se aporuguesou em Henrique da Costa, capitão Henrique da Costa, talvez. Esse Koster não quis outra vida para os seus dias de tuberculoso menos romântico do que Robert Louis Stevenson senão a de plantador de cana, a de senhor de engenho, a de fabricante de açúcar. Nele cumpriu-se magnificamente a sentença de Nabuco: o aroma de mel embriagou-o a vida inteira. Embriagou-o até a morte. Prolongou-lhe talvez a vida.

Na Bahia, nas proximidades das terras de massapê e dos engenhos mais nobres, verificou-se o mesmo: grande concentração de ingleses. Ingleses com hospital, capela e cemitério.<sup>7</sup> Com juiz conservador, teatro, médicos que se tornaram famosos na história da medicina no Brasil.

O açúcar atraiu às suas melhores terras o chá, os ingleses, a porcelana da China, o móvel e o próprio livro europeu que tiveram talvez no Recife os seus melhores mercados, principalmente na primeira metade do século XIX. Deu ócio aos homens mais inteligentes das casas-grandes não só para o jogo como para os estudos de Filologia, tão pachorrentamente cultivados pelo Dr. Moraes no seu engenho de Muribeca (de onde ele se correspondeu com alguns dos maiores letrados portugueses do seu tempo); não só para as charadas como para as boas leituras; e às iaiás, deu lazer para a música, para as rendas e para os doces finos de sobremesa.

De tal modo que Mansfield,<sup>8</sup> inglês, mestre em Artes que viajou nos meados do século XIX por terras de massapê, escreveu ter aqui encontrado casas-grandes de engenho que lhe deram a impressão das casas de campo da Inglaterra; moças tocando piano admiravelmente; doces finos à sobremesa; chá servido pelas senhoras.

E Herbert H. Smith,<sup>9</sup> anos depois, foi onde encontrou uma aristocracia brasileira de gostos e hábitos mais elevados: entre os senhores de engenho do Nordeste. Nas terras macias de massapê.

E era na verdade uma gente que tinha piano de cauda e livros em casa. Que recebia bem. Que apreciava a boa cozinha. O doce fino. O quitute delicado. O bolo bem-feito.<sup>10</sup>

O naturalista norte-americano chegou a contrastar os senhores de engenho do Nordeste com os fazendeiros de café do Sul – que eram então a força nova e triunfante do império – para concluir pela superioridade dos aristocratas das terras de cana.

**2** “Memoria sobre a cultura da cana e elaboração do açúcar em *O auxiliador da indústria nacional*, n.ºs II-III, Rio de Janeiro, 1833. Diz ainda José Silvestre Rebelo “Cem annos, ou mais, antes que os Inglezes e os mesmos Hespanhoes mandassem bom assucar para a Europa, começaram os portuguezes a vender do Brazil e com abundancia.” Sobre o assunto, veja-se também *A history of Barbados, 1625-1885* (Oxford, 1926), por Vincent T. Harlow.

**3** “Carta muito interessante do advogado da Bahia José da Silva Lisboa para o Dr. Domingos Vandelli, director do Real Jardim Botânico de Lisboa”, Bahia 18 de outubro de 1781. Manuscrito no Arquivo do Ultramar de Lisboa, registrado no Inventário dos *Documentos Relativos ao Brasil Existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa Organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida*, Rio de Janeiro, 1914.

**4** Von Spix e von Martius, *Através da Bahia* (excertos da obra *Reise in Brasilien*, trasladados ao português pelo Dr. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf), 2ª ed., Bahia, 1928.

**5** Vejam-se os livros manuscritos de sesmarias e datas de terra do arquivo da antiga capitania de Pernambuco, na Biblioteca do Estado.

**6** Autor do conhecido livro sobre o Nordeste, *Travels in Brazil* (Londres, 1816, traduzido para o francês por M. A. Jay sob o título *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil depuis 1809 jusqu' en 1815, Comprenant les provinces de Pernambuco (Fernambouc), Seara, Parahyba, Maragnon, etc., Paris, 1818*. Sobre atividades britânicas no Nordeste veja-se nosso *Inglezes no Brasil – Aspectos da influência britânica na vida, na paisagem e na cultura do Brasil*, Rio de Janeiro, 1948.

**7** Von Spix e von Martius, op. cit.

**8** Charles B. Mansfield, *Paraguay, Brazil and the Plate*, Londres, 1856.

**9** Herbert H. Smith, *Brazil – The Amazons and the Coast*, Nova Iorque,

1879.

**10** Sobre doces do Nordeste, veja-se nosso *Açúcar, algumas receitas de doces e bolos do Nordeste* (Rio de Janeiro, 1939), onde reunimos receitas tradicionais de famílias de casas de engenho e sobrados do Nordeste agrário.